



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE ALÉM PARAÍBA
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E GERENCIAIS
ALVES FORTES



COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

RELATÓRIO DE AUTO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

ALÉM PARAÍBA

2010



SUMÁRIO

MEMBRO(S) DA CPA CADASTRADO(S).....	3
RELATÓRIO DA CPA	3
CURSOS DE GRADUAÇÃO Campus Zamboni	3
APRESENTAÇÃO	4
1- INTRODUÇÃO	5
2 – OBJETIVOS:	6
OBJETIVO GERAL:	6
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:.....	6
3- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	7
4. O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	8
4.1 AÇÕES PRELIMINARES.....	8
5. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	10
6- RESULTADOS DA AVALIAÇÃO	11
• PROGRAMA DE ABERTURA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E	14
7. SÍNTESE DA AVALIAÇÃO	16
8- FRAGILIDADE E PONTOS QUE REQUEREM MELHORIA.....	17



MEMBRO(S) DA CPA CADASTRADO(S)

Nome: Aline Fernandes Rodrigues

Cargo: Técnico Administrativo

Nome: Rogéria Aparecida de Souza Oliveira

Cargo: Coordenadora Curso Direito

Nome: João de Deus Ribeiro

Cargo: Presidente da Câmara Municipal de Além Paraíba

Nome: Sandro Rozzante Ferreira

Cargo: Discente (Representante do corpo discente)

RELATÓRIO DA CPA

PERÍODO DE MANDATO DA CPA: Dois anos, a partir de 02 de fevereiro de 2009.

ATA DE DESIGNAÇÃO DA CPA: Ata Nº 001, de 02 de fevereiro de 2009.

CURSOS DE GRADUAÇÃO Campus Zamboni

Administração

Direito

Engenharia Civil com Ênfase em Meio Ambiente



APRESENTAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais Alves Fortes, mantida pela Fundação Educacional de Além Paraíba, sediada na BR 116, KM 820, São Luiz, nesta cidade, instituída por Resolução nº 01 de 18 de março de 2009, por seus membros, encerra o segundo ciclo avaliativo, correspondente ao primeiro semestre de 2010.

A CPA foi instalada em cumprimento a Lei 10861 de 10 de abril de 2004 visando promover a autoavaliação institucional com a participação democrática de todos os segmentos estabelecidos na norma vigente.

Trata-se a autoavaliação de novo desafio da educação de ensino superior, vez que os resultados obtidos subsidiarão o processo de aperfeiçoamento da instituição de ensino superior, a orientação da expansão da sua oferta, a eficácia institucional, a efetividade acadêmica e social e, especialmente, o aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais.

Neste diapasão, consolidou-se os resultados obtidos através de processo críticoreflexivo que serão integrados aos processos decisórios nos diversos âmbitos da gestão da Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais Alves Fortes.

A Comissão Própria de Avaliação.



1- INTRODUÇÃO

Trata-se do relatório obtido a partir dos resultados da autoavaliação institucional da Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais Alves Fortes, realizada em maio de 2010, em cumprimento à Lei 10.861 de 10 de abril de 2004, oportunizando a aprendizagem organizacional orientada pelos princípios, diretrizes e parâmetros de avaliação legal.

Com os resultados obtidos na avaliação anterior foi possível verificar que houve um aperfeiçoamento das ações que norteiam o cumprimento da missão institucional da FACE ALFOR .

Neste segundo ciclo a comissão elaborou questionário voltado ao corpo discente com o escopo não só de evidenciar as falhas institucionais, mas também possibilitar traçar o perfil sócioeconômico dos acadêmicos, vez que as ações institucionais devem priorizar o alunado que é a razão de sua existência.

O documento em anexo compõe-se pelas etapas da avaliação e, ao final o relatório consolidado a partir dos resultados obtidos com a participação de todos que acreditam na instituição, com o escopo de contribuir para o aperfeiçoamento das ações que norteiam o cumprimento da missão institucional da Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais Alves Fortes.



2 – OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL:

Atender a norma vigente que institui o SINAES, construindo institucionalmente a cultura da avaliação e o autoconhecimento, através do levantamento de dados, cenários e perspectivas que permitam o aperfeiçoamento das condições de ensino, dos processos administrativos e burocráticos e, ainda, de convivência institucional e de relacionamento com a comunidade em geral.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Realizar autoavaliação institucional visando;

1 – Construir e estimular a adoção de uma postura de autocrítica da comunidade acadêmica.

2 – Diagnosticar a inter-relação formal estabelecida no âmbito do ensino entre Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico Institucional, Projeto Pedagógico dos Cursos.

3 – Diagnosticar a inter-relação formal estabelecida no Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico Institucional e Projeto Pedagógico dos Cursos e as relações e compromissos assumidas.

4 – Estudar, e espelhar as práticas administrativas, seus processos e sua ação sobre o planejamento institucional.

5 – Responder as demandas relativas às dependências físicas da Instituição.

6 – Produzir conhecimentos e resultados que permitam apoiar a melhoria qualitativa e quantitativa do conjunto institucional.

3- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo informações colhidas na Secretaria da FACE ALFOR, neste primeiro semestre, estão em pleno funcionamento três cursos de graduação: Administração, Engenharia Civil com ênfase em Meio Ambiente e Direito, com 521 (quinhentos e vinte e um) estudantes, 47 (quarenta e sete) professores e 8 (oito) servidores técnico-administrativos.

Assim, como a avaliação anterior, considerou-se essa população, propondo uma metodologia que permitisse a participação dos diferentes segmentos da comunidade universitária e a transparência no desenvolvimento das atividades e na coleta, tratamento, análise dos dados e utilização dos resultados. Sendo analisadas as 10 (dez) dimensões orientadoras inseridas na Lei 10.861/2004:

1. A missão e o plano de desenvolvimento institucional
2. A Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão
3. A responsabilidade social da instituição
4. A comunicação com a sociedade
5. As políticas de pessoal
6. Organização e gestão da instituição
7. Infraestrutura física
8. Planejamento e avaliação
9. Políticas de atendimento aos estudantes e egressos
10. Sustentabilidade financeira

As informações e análise desenvolvidas têm contribuído para a construção do perfil institucional. Nem todas as dimensões foram analisadas com profundidade, mesmo porque trata-se do segundo ciclo avaliativo e, para atingir o desiderato, o projeto respeita a gradualidade .



4. O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Na Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais Alves Fortes , o processo da autoavaliação institucional envolveu a realização de um conjunto de ações, com a participação dos diferentes sujeitos/segmentos que integram a comunidade universitária. Nas ações desenvolvidas, a CPA atuou como mobilizadora, catalisadora, executora e, sobretudo, como construtora deste documento final.

4.1 AÇÕES PRELIMINARES

Constituída a Comissão Própria de Avaliação, nos termos da Lei 10.816/2004, com um representante do corpo docente; um do corpo discente; um do corpo técnicoadministrativo e um representante da sociedade civil, para não ferir o equilíbrio da representatividade, houve a substituição do representante da sociedade civil, Sr. Sebastião César Almeida Machado pelo vereador João de Deus Ribeiro, em razão daquele ter ingressado no corpo docente da FACE ALFOR.

Foram realizadas reuniões em que o projeto de autoavaliação institucional foi ratificado e implementada ações para o segundo ciclo avaliativo.

4.1.1 – Instrumentos para a autoavaliação

De acordo com as dez dimensões do SINAES e deliberação da CPA, foi elaborado um questionário para a avaliação institucional dirigido aos discentes, visando traçar o perfil socioeconômico, bem como catalisar críticas e sugestões por parte de toda a comunidade acadêmica, a fim de conhecer as fragilidades existentes.

4.1.2 – Aplicação da avaliação institucional

Para a realização desta etapa, foi disponibilizado o questionário.

4.1.3 - Elaboração do Relatório Final

O relatório final elaborado teve por base toda a produção coletada pela CPA.

4.1.4 - Reuniões de Trabalho da CPA

A partir de março de 2010 a CPA se reuniu para: (1) discutir a questão da avaliação da educação superior; (2) elaborar o projeto de autoavaliação institucional, os planos de trabalho, os relatórios; (3) planejar ações; (4) decidir sobre estratégias



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE ALÉM PARAÍBA
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E GERENCIAIS
ALVES FORTES



de ações; (5) avaliar ações e redefinir diretrizes e executar todas as atividades que lhe foram atribuídas pela própria legislação.



5. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

Avaliaram-se a eficácia do planejamento da IES e os procedimentos utilizados na avaliação, especialmente em relação aos resultados e à eficácia da autoavaliação institucional.

6- RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

• **ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO:** A instituição mantém laboratório de informática com 29(vinte e nove) micros ligados à internet banda larga, na proporção de 18/1 (equipamento/aluno). Possui rede *wireless*.

Dos alunos pesquisados, a maioria respondeu que as instalações físicas, como sala de aula, laboratório e, o espaço pedagógico, atendem suficientemente os objetivos.

Não há vedação ou limitação quanto a utilização tanto do laboratório de informática, quanto da biblioteca, todavia, quanto a esta, entendeu a maioria, que o horário de atendimento é pouco adequado, bem como, quanto aos livros mais usados no curso, o número de exemplares disponíveis na biblioteca atende plenamente a necessidade do alunado.

Está sendo construído o laboratório de física e eletricidade destinado ao curso de engenharia, em conformidade com o descrito no PDI , portanto a previsão para funcionamento é para o segundo semestre de 2010. E os demais laboratórios de Topografia e Geologia, previsão para funcionamento, respectivamente em 2011 e 2012, bem como a aquisição dos equipamentos necessários ao seu funcionamento.

Quanto aos recursos audiovisuais e os meios de tecnologia com base na informática, o corpo discente entende ser amplo e adequado. A Instituição possui TV, data show e retroprojetor para subsidiar as atividades acadêmicas.

Não obstante, os cursos oferecerem informática, como disciplina obrigatória em sua matriz curricular e, os alunos possuem amplo e irrestrito acesso ao laboratório de informática, os discentes responderam que pouco contribui ou contribuiu para o exercício profissional.

• **COMUNICAÇÃO INTERNA/EXTERNA :** Houve significativa mudança desde a última avaliação, na comunicação interna e externa da Instituição. O *home page* da instituição foi reestruturada .

A divulgação dos resultados das avaliações dos discentes, continua sendo realizada através do mural, bem como, os avisos, editais e atos de comunicação, sendo que estes, também constam do sítio eletrônico da IES. A direção apresentou

plano de desenvolvimento na área de informática, com previsão de conclusão para o primeiro semestre de 2011, assim, restará solucionada a questão da divulgação dos resultados das avaliações dos discentes, seguindo uma metodologia mais moderna e individualizada.

- **CORPO DOCENTE** : Foi expedido regulamento para nortear a contratação de professores. Houve expansão conforme previsão no PDI, com contratação de novos profissionais, sendo certo que os mesmos têm qualificação para o exercício da função e, ainda, experiência profissional na área em que atuam, o que resta evidente pela pesquisa efetuada com o corpo discente: - dos alunos pesquisados a maioria respondeu que os professores discutem o plano de ensino com o estudante; que ministram aulas expositivas interativas e práticas; que os procedimentos de ensino adotados pela maioria dos professores são adequados aos objetivos do curso e, que os instrumentos de avaliação adotados predominante são provas escritas discursivas. Há disponibilidade da maioria dos professores do curso, na instituição, para orientação extraclasse.

Analisando o tempo integral dos cursos, o quantitativo de alunos por docente, concluiu-se que a relação vaga/docente é inferior a 14/1. Há de se destacar que o número de alunos por turma em disciplina teórica é no máximo 60/1.

As condições de trabalho do corpo docente seguem as diretrizes básicas delineadas pelo Sindicato da região, contudo, os dirigentes (Mantenedora) , estão desenvolvendo políticas de qualificação e plano de carreira, com previsão de conclusão para final do segundo semestre de 2010.

- **CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO:** Embora tenha havido uma expansão no número de alunos, não houve aumento do corpo técnico-administrativo. Todavia, como consta no PDI, não havia previsão para expansão, em razão do processo de informatização dos serviços da Secretaria. Segundo dados da Direção, a informatização será concluída até dezembro de 2010, bem como, da política de qualificação e plano de carreira.

Mesmo assim, não foram detectadas queixas relevantes quanto aos serviços prestados. Os documentos e informações são fornecidos dentro dos prazos estabelecidos



- **RESPONSABILIDADE SOCIAL:** A FACE ALFOR com a oferta dos três cursos de graduação tem contribuído para o desenvolvimento social da região, promovendo a inclusão da classe menos favorecida economicamente ao ensino superior.

Dos pesquisados, o corpo discente é composto por 47,09% (quarenta e sete, nove por cento) de residentes em outros municípios. E, 55,29% (cinquenta e cinco, vinte e nove por cento) possuem renda familiar até 03 (três) salários mínimos . As mensalidades escolares são acessíveis ao economicamente desfavorecido, com programa de descontos e convênios com os municípios, visando reduzir ainda mais os custos mensais.

Conforme dados fornecidos pela Secretaria da FACE ALFOR, 62,18% (sessenta e dois, dezoito por cento) dos estudantes matriculados nos cursos de graduação, estão na faixa etária de 17 a 24 anos. Trata-se de promover a igualdade de oportunidades.

O Núcleo de Prática Jurídica do curso de Direito desenvolve atividades práticas voltadas para o atendimento da população menos favorecida economicamente nas suas diversas demandas jurídicas. Está bem estruturado, funcionando em local de fácil acessibilidade, com três professores orientadores, uma secretária (integrante do corpo técnico-administrativo da FACE ALFOR) e com os alunos matriculados nos sétimos e nono períodos.

Como ação afirmativa o Núcleo de Prática Jurídica tem participado de encontros itinerantes, se deslocando às comunidades hipossuficientes, mais distanciadas do Poder Público, com o objetivo de não só levar informações da área jurídica, mas especialmente contribuir para o combate da violência doméstica, com palestras e atividades afins.

- **PROJETO PEDAGÓGICO :** os projetos pedagógicos de todos os cursos sofreram alteração não só para alinhar a carga horária nos termos das Resoluções ns. 02 e 03/2007 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, mas também vislumbrando a atualização dos conteúdos, bibliografia etc. Todos primam por atividades extracurriculares como forma de integralização da carga horária.

Consta da nova matriz curricular de todos os cursos como componente curricular opcional para o aluno, a disciplina Libras, estando, portanto, em consonância com a descrição do PDI e PPI.

• **PROGRAMA DE ABERTURA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E**

EXTENSÃO: Não houve abertura de cursos de pós-graduação, embora constasse do PDI previsão para tal. Segundo informações colhidas com a Direção, tais cursos não foram abertos em razão do número reduzido de interessados, o que inviabilizaria a sustentabilidade financeira.

Foram ministrados no período de julho de 2009 a junho de 2010 vários cursos na modalidade de extensão, mini-cursos, palestras na área do Direito e, em maio do corrente ano, realizou-se o IV Simpósio Interdisciplinar da FACE ALFOR, com diversas palestras voltadas para os três cursos de graduação.

Em igual período foram efetivadas visitas orientadas para atendimento de demandas específicas de cada curso.

• **APOIO PEDAGÓGICO/POLÍTICA DE ATENDIMENTO:** o apoio pedagógico ao docente e discente é realizado pelos coordenadores de cada curso, não havendo limitações ou vedações ao atendimento.

Quanto ao programa de nivelamento, houve abertura de edital para preenchimento de vagas para monitores, para exercício da função para o segundo semestre de 2010.

• **ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS:** Ainda não há concluintes nos cursos de

Direito e Engenharia Civil. Quanto ao curso de Administração não foi detectada ação sistematizada para acompanhamento de egressos. Há previsão no PDI de abertura de portal no *site* da Fundação com este objetivo, o que até a presente data não se concretizou.

• **ATENDIMENTO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS:** A exceção da rampa de acesso à entrada principal, as instalações físicas não estão alinhadas as diretrizes de acessibilidade ao portador de deficiência física, nem visual.

Segundo informações colhidas com a direção, não constante do PDI, há previsão para a construção de um banheiro com as especificações ao atendimento do portador de deficiência física e aquisição de um equipamento denominado elevatória para acessibilidade plena, para o próximo semestre.

- **CONTRIBUIÇÃO DOS CURSOS AO CORPO DOCENTE:** dos alunos que responderam a pesquisa, a maioria entende que o currículo do curso é integrado e há vinculação entre as disciplinas; o nível de exigência do curso para com o aluno deveria ter sido maior; a principal contribuição do curso é para aquisição de formação profissional; o curso contribui amplamente com atuação ética, com responsabilidade social para a construção de uma sociedade incluyente, bem como, para a organização, expressão e comunicação do pensamento. Também, contribui amplamente para o raciocínio lógico, análise crítica, compreensão de processos, tomada de decisão, resolução de problemas no âmbito de sua área de atuação, atuação profissional responsável em relação ao meio ambiente, utilização de procedimentos de metodologia científica e de conhecimentos tecnológicos para a prática da profissão.

Já no que diz respeito a atuação em equipes multi, pluri e interdisciplinares contribui muito pouco e, parcialmente ,quanto a observação, interpretação e análise de dados e informações, bem como, assimilação crítica de novos conceitos científicos e de novas tecnologias..



7. SÍNTESE DA AVALIAÇÃO

Embora não tenha sido objeto da pesquisa efetivada através de questionários, tem sido recorrente, reclamação do corpo discente quanto a iluminação no trevo que dá acesso à instituição; odor oriundo da fossa por época do verão e ausência do espaço de convivência.

Quanto a iluminação do trevo, depende exclusivamente de ação do Poder Público Federal, todavia, foi encaminhado ao Prefeito Municipal e ao legislativo local, pedido de interveniência para solução do problema, inclusive remessa pelo Diretório Acadêmico de abaixo-assinado do corpo discente, docente e técnico-administrativo para melhoria na estrutura externa.

Quanto a fossa, através do representante da sociedade civil, vereador e Presidente da Câmara Municipal de Além Paraíba, foi informado a tramitação de anteprojeto para tratamento do esgoto no âmbito municipal e, estando previstas audiências públicas para discussão do tema a partir do segundo semestre de 2010. Acredita-se que em breve o problema deverá ser sanado, com a eliminação da fossa da IES.

Os demais itens mais relevantes que fizeram parte da pesquisa e restou evidenciado como fragilidades da instituição são integrantes do próximo tópico.



8- FRAGILIDADE E PONTOS QUE REQUEREM MELHORIA

A busca permanente pela sólida construção teórico-prática para a formação de profissionais em condições de atuarem no seu futuro fazer, com proficiência, visão ética e humanística, mister a identificação das causas dos problemas e deficiências, objetivando o saneamento para potencializar as competências da Instituição.

Com a implementação dos procedimentos de coleta e análise de informações restou evidenciadas algumas fragilidades na instituição que merecem ser sanadas.

Destaca-se que a biblioteca necessita de premente atualização em seu acervo com o fim de atender a crescente demanda do corpo discente, bem como ampliação do espaço físico, não olvidando da criação do espaço individual para estudo. Também deve ser revisto o horário de atendimento já que pela pesquisa restou evidenciado ser pouco adequado.

A estruturação do espaço físico para acessibilidade ao portador de deficiência física e visual, bem como, a criação de um espaço de convivência.

Implementação visando a conclusão da obra de construção do laboratório de física e eletricidade para o curso de Engenharia Civil .

Revisão dos conteúdos e/ou metodologia da disciplina de informática de cada curso, visando melhor adequação para contribuir amplamente para o exercício profissional.

Implementação de projetos sistematizados para atuação dos estudantes em equipes multi, pluri e interdisciplinares, bem como, para acompanhamento de egressos.

Estimular atividades de pesquisa, com vistas à melhoria da qualidade do ensino e do desenvolvimento regional, bem como, criar condições para a implantação de novos cursos de pós-graduação.

Essas são as considerações para que as metas, princípios e objetivos institucionais presentes no PPI e PDI sejam cumpridas de forma sistemática e, contribua sobremaneira para o crescimento da instituição.

Além Paraíba, 06 de julho de 2010.